11:54 86%

NA WEB
DÍVIDA DE CAMPANHA
Padilha tem valores bloqueados pela Justiça
Ministro não pagou cotas a firma contratada em 2014, quando disputou o governo de SP
PARA ACESSAR APONTE O CELULAR PARA O QRCODE

FABIO MOTTA

Na mira. Deputado Carlos Jordy (PL-RJ) chega à superintendência da Polícia Federal no Rio para prestar depoimento: parlamentar nega relação com os ataques às sedes dos três Poderes

'BOM DIA, MEU LÍDER'

Operação Lesa Pátria mira pela primeira vez um deputado por incitar golpistas

PAOLLA SERRA, EDUARDO GONÇALVES, BERNARDO LIMA, DANIEL GULLINO, MARIANA MUNIZ E FERNANDA ALVES
politica@oglobo.com.br
@oglobo

As investigações sobre o 8 de Janeiro deram um novo passo ontem e avançaram sobre o deputado federal Carlos Jordy (PL-RJ), suspeito de incitar o ataque às sedes dos três Poderes. Primeiro parlamentar alvo de ação ostensiva, o líder da oposição ao governo Lula na Câmara teve os sigilos telefônico e telemático quebrados por determinação do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), e viu policiais federais recolherem celulares, computador, passaporte e uma arma. Jordy tinha o "poder de ordenar movimentações antidemocráticas", segundo a Procuradoria-Geral da República (PGR).

A Polícia Federal cumpriu outros nove mandados de busca e apreensão na 24ª fase da Operação Lesa Pátria, que apura a ofensiva golpista. No caso de Jordy, agentes foram inclusive ao seu gabinete na Câmara dos Deputados. De acordo com a PF, os fatos "constituem, em tese, os crimes de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, associação criminosa e incitação ao crime". Ao chegar para prestar depoimento, o deputado negou ter incitado ou financiado o 8 de Janeiro.

Há outros parlamentares na mira por supostamente incentivar ataques à democracia, mas foi a primeira vez que a PF cumpriu mandados contra um deputado federal no escopo destas investigações.

Jordy, aliado do ex-presidente Jair Bolsonaro, é suspeito de promover atos antidemocráticos que contestavam o resultado das eleições presidenciais de 2022, como bloqueios de rodovias no interior do Rio. Uma das linhas de investigação aponta que ações do tipo, que ocorreram em outros pontos do país, culminaram na depredação do Palácio do Planalto, Congresso e STF.

"O parlamentar, além de orientar grupo expressivo de pessoas, tinha o poder de ordenar as movimentações antidemocráticas, seja pelas redes sociais ou agitando a militância da região", escreveu o subprocurador-geral da República Carlos Frederico Santos na manifestação da PGR.

De acordo com a PGR, Jordy tem "fortes ligações" com Carlos Victor de Carvalho, o CVC, descrito como "liderança" nos grupos de extrema direita em Campos dos Goytacazes (RJ), além de "organizador dos eventos nos arredores do Batalhão do Exército na cidade". Carvalho chegou a ser preso sob suspeita de financiar ônibus que foram a Brasília, mas foi solto em seguida. A defesa nega envolvimento, diz que ele sequer estava em Brasília e que apenas participou da campanha eleitoral de Jordy.

Foram encontrados 627 registros de conversa entre os dois, incluindo mensagens de texto e de áudios, anexo e ligações. Entre novembro de 2022 e janeiro de 2023, são 22 registros.

No dia 1º de novembro de 2022, quando ocorriam paralisações em rodovias e estavam começando acampamentos em frente a quarteis do Exército, Carvalho enviou mensagem chamando Jordy de "meu líder" e questionando qual "direcionamento" ele poderia dar. "Tem poder de parar tudo", escreveu Carvalho. O deputado responde perguntando se ele poderia falar, indicando que os dois continuaram a conversa pelo telefone.

VÍNCULO

Para a PGR, o diálogo "levanta fortes suspeitas da participação de Carlos Jordy nos atos que ocorreram" e sugere que o vínculo entre "ambos extrapola eventuais fins políticos partidários, demonstrando intenção de ordenar a prática de crimes contra o Estado de Direito".

Na decisão em que autorizou a operação, Moraes pregou contra a política do "apaziguamento" e afirmou que todos que se envolveram nos atos antidemocráticos de alguma maneira serão "responsabilizados". A decisão é datada de 4 de janeiro — dias depois, no ato que marcou um ano do 8 de Janeiro, o magistrado usou tom semelhante.

"A democracia brasileira não irá mais suportar a ignóbil política de apaziguamento, cujo fracasso foi amplamente demonstrado (...) Absolutamente todos serão responsabilizados civil, política e criminalmente pelos atos atentatórios à Democracia, ao Estado de Direito e às instituições, inclusive pela dolosa conivência – por ação ou omissão – motivada pela ideologia, dinheiro, fraqueza, covardia, ignorância, má-fé ou mau-caratismo".

Ao chegar para prestar depoimento à PF nesta quarta-feira, no Rio, Carlos Jordy negou ter incitado ou financiado qualquer ato golpista. Mais cedo, em manifestação nas redes sociais, afirmou que a ação contra ele era uma medida "autoritária".

— Nunca incitei, muito menos financiei. Não tenho relação alguma com o 8 de Janeiro e com nenhuma dessas pessoas que foram para os quarteis. Eles dizem que há mensagens minhas, que eu seria um articulador, mas é mentira — afirmou o parlamentar.

Já o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, disse que ficou "indignado" com a operação e que a atuação de Jordy é protegida pela imunidade parlamentar. Líder do partido na Câmara, Altineu Côrtes classificou o episódio como uma "afronta" ao Legislativo.

Ao todo, a Lesa Pátria já cumpriu 97 mandados de prisão preventiva, 323 mandados de busca e apreensão e apreendeu cerca de R$ 11,6 milhões em bens apreendidos. Após um primeiro momento em que os principais alvos foram os executores das ações, os investigadores aprofundam agora a análise sobre financiadores, incitadores e mentores intelectuais da tentativa de rompimento constitucional.

O QUE SE SABE DA OPERAÇÃO

Manifestações da PGR sobre o deputado Carlos Jordy (PL-RJ)

"PODER DE ORDENAR"
Segundo a PGR, o parlamentar bolsonarista teve influência na organização dos atos de 8 de janeiro

"O parlamentar, além de orientar grupo expressivo de pessoas, tinha o poder de ordenar as movimentações antidemocráticas, seja pelas redes sociais ou agitando a militância da região", escreveu o subprocurador-geral Carlos Frederico Santos.

SIGILOS QUEBRADOS
A PGR concordou que Jordy e outros investigados fossem alvos de mandados de busca e apreensão, além de terem seus sigilos telefônicos e telemáticos quebrados. As medidas foram determinadas pelo ministro do STF Alexandre de Moraes.

CONEXÃO COM EXTREMISTA
De acordo com a PGR, o deputado tem "fortes ligações" com Carlos Victor de Carvalho, o CVC: uma "forte liderança da extrema direita em Campos dos Goytacazes" e "organizador de eventos nos arredores do batalhão do Exército da cidade".

DEFESA DO PARLAMENTAR
Jordy nega que tenha feito incitações ao 8 de janeiro e diz que a operação de ontem foi "medida autoritária"

- CVC: *Bom dia meu líder. Qual direcionamento você pode me dar? Tem poder de parar tudo.*
- JORDY: *" Pois tentão, beleza! Está podendo falar aí?*
- CVC: *Posso tentão. Quando quiser pode me ligar"*

"MEU LÍDER": MENSAGEM TROCADA ENTRE CVC E JORDY EM 1º DE NOVEMBRO DE 2022, APÓS O SEGUNDO TURNO DAS ELEIÇÕES, QUANDO OCORRIAM PARALISAÇÕES EM RODOVIAS E ACAMPAMENTOS COMEÇAVAM A SER MONTADOS EM FRENTE AOS QUARTÉIS

OS NÚMEROS DAS 24 FASES DA LESA PÁTRIA ATÉ AQUI
A primeira etapa ocorreu em 20 de janeiro de 2023. 12 dias após os atos

97 mandados de prisão preventiva cumpridos

323 mandados de busca e apreensão efetuados

R$ 11,6 milhões Valor aproximado em bens apreendidos

Principais alvos
Deputados, vereadores, empresários, fazendeiros, militares e influenciadores digitais

Manifestações da PGR sobre outros golpistas

TROCA DE MENSAGENS
Ao se manifestar pelos pedidos de busca e apreensão de ontem, a PGR lista mensagens que supostamente tratam da organização de atos antidemocráticos, como o que fala de um bloqueio de uma rodovia federal e o que uma investigada se refere ao apoio que "o pessoal do agro" dará para "três mil ônibus". Leia abaixo.

Ainda, a investigada LÚCIA envia mensagem de áudio à "JÚNIOR BOMBEIRO" dizendo: *"Oi, Júnior. Tudo bom? Com certeza, meu filho, com certeza. E eu vou presa a qualquer momento (risos), porque eu tô no meio de pessoal organizando. Pessoal do agro lá de Goiânia, dos arredores de Brasília e tudo. O agro botou aí um apoio aí pra três mil ônibus. Não sei como que eles vão sair. Pessoal tá combinando de chegar diversos horários assim pra não...né? Tem gente que vai chegar de madrugada, tem gente que vai chegar... Mas o negócio tá grande. O negócio tá grande, né? Tá bonito."* (INFORMAÇÃO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA Nº 7009973202 - R-97 RE 2022.0001356 - DPF/SC/TURI, PET 11305)

OUTROS DEPUTADOS INVESTIGADOS PELO 8 DE JANEIRO

André Fernandes (PL-CE)
Publicou vídeos no X (antigo Twitter) convocando "ato contra o governo Lula" e após as invasões, postou a imagem da porta de um armário do STF depredado, com o nome do ministro Alexandre de Moraes, com a legenda: "Quem rir vai preso"

Silvia Waiãpi (PL-AP)
De acordo com o STF, a deputada é investigada por postar vídeos dos atos de 8 de janeiro com a legenda: "Povo toma a Esplanada dos Ministérios nesse domingo! Tomada de poder pelo povo brasileiro insistindo em o governo vermelho"

Clarissa Tércio (PP-PE)
É investigada por postagem no Instagram feita no dia 8 em que diz: "Acabamos de tomar o poder. Estamos dentro do Congresso. Todo povo está aqui em cima. Isso vai ficar para a história, a história dos meus netos, dos meus bisnetos"